

AdP VALOR - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

2024_08|CP

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LICENÇAS
DE SOFTWARE SAP**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

DEZEMBRO DE 2024

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do concurso	2
Artigo 2.º Entidade adjudicante	2
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	2
Artigo 4.º Plataforma eletrónica	2
Artigo 5.º Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento	3
Artigo 6.º Documentos que constituem as propostas	3
Artigo 7.º Apresentação de propostas variantes	4
Artigo 8.º Prazo para apresentação das propostas	4
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas	4
Artigo 10.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	5
Artigo 11.º Critério de adjudicação e critério de desempate	5
Artigo 12.º Documentos de habilitação	6
Artigo 13.º Caução	7
Artigo 14.º Modalidade jurídica do agrupamento Adjudicatário	8
Artigo 15.º Celebração do(s) Contrato(s)	8
Artigo 16.º Dados pessoais	8
Artigo 17.º Legislação aplicável	9
ANEXOS	10
ANEXO I Documento Europeu Único de Contratação Pública	11
ANEXO II Modelo de Proposta De Preço	12
ANEXO III Modelo de Declaração do Adjudicatário	13
ANEXO IV Declaração de Responsabilidade Social	14
ANEXO V Declaração de Cumprimento da Política de Segurança de Informação	16
ANEXO VI Minuta de Modelos de Guia de Depósito Bancário/ de Garantia Bancária / de Seguro-Caução	17

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente procedimento tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Manutenção e Suporte de Licenças de Software SAP para o Grupo AdP**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e seu(s) Anexo(s), que dele faz(em) parte integrante.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

O presente concurso público é promovido pela **AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.**, doravante designada por **AdP VALOR**, com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 505 296 950, com capital social de €50.000,00 (*cinquenta mil euros*), telefone: +351 212 469 400, fax: +351 212 469 401, website www.adp.pt, plataforma eletrónica AcinGov, abreviadamente designada por **AdP VALOR**.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada em 07 de janeiro de 2025, por deliberação do Conselho de Administração **da AdP VALOR**.
2. A escolha do concurso público, com publicidade internacional, foi feita ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública **AcinGov**, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 17 de janeiro de 2025**.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h00m59s do dia 27 de janeiro de 2025**.
3. O Conselho de Administração da **AdP VALOR** pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h00m59s do dia 27 de janeiro de 2025**.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de janeiro de 2016, disponível e <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, conforme **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante;
 - c) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
 - d) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP;
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 06 de fevereiro de 2025.**

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs. 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do

agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo para a execução das prestações contratuais previstas no Caderno de Encargos.
2. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, para efeitos de desempate, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
 - iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
 - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
 - vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 12.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o **Adjudicatário** deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra:
 - a) Declaração emitida nos termos do modelo que constitui o **ANEXO III** do Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - d) Certificado do registo criminal do **Adjudicatário**, bem como dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Comprovativo de registo e das respetivas atualizações no Registo Central do Beneficiário Efetivo do **Adjudicatário** ou, se for o caso, documento equivalente emitido pelas autoridades competentes do Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
2. Caso o **Adjudicatário** revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação do **Adjudicatário** devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, no caso de não o serem, pela sua própria natureza ou origem, devem os mesmos ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o **Adjudicatário** pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (cinco) dias, na sequência de solicitação do

- Adjudicatário** formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o **Adjudicatário** não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao **Adjudicatário**, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o **Adjudicatário** deve apresentar as declarações de responsabilidade social e de segurança de informação elaboradas em conformidade com os modelos constantes do **ANEXO IV** e **ANEXO V** ao presente Programa do Procedimento, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 13.º

Caução

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, os **Adjudicatários** devem prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual.
2. A caução deve ser prestada:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da **AdP VALOR**, nos termos do modelo constante do anexo **ANEXO VI** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes **ANEXO VI** ao presente programa de procedimento.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 14.º

Modalidade jurídica do agrupamento Adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, ou Agrupamento Complementar de Empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março.
2. O agrupamento **Adjudicatário** deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 15.º

Celebração do(s) Contrato(s)

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo **Adjudicatário** ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo **Adjudicatário** é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do **Adjudicatário** as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 16.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas, bem como dos respetivos anexos serão analisados pelo representante do agrupamento de entidades adjudicantes, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente, na transmissão dos dados pessoais dos membros dos seus órgãos sociais, dos representantes, dos trabalhadores, dos

subcontratados e dos consultores, no âmbito do procedimento contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pelas entidades adjudicantes, em cumprimento do direito à informação; e na publicitação dos dados pessoais na plataforma eletrónica.

3. O representante do agrupamento de entidades adjudicantes garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis, sendo eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de conservá-los.
4. O representante do agrupamento de entidades adjudicantes garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 na área específica do Portal BASE GOV, em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

As Partes I, II e III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes.

Os concorrentes devem preencher as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

ANEXO II

Modelo de Proposta De Preço

[a que se refere a alínea b) do artigo 6.º do Programa do Procedimento]

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao concurso público, para a celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção e Suporte de Licenças de Software SAP para o Grupo AdP** vem apresentar proposta, declarando, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas

Declara, ainda, que o preço global de execução do referido contrato é de € _____ [quantia por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável, se este for devido.

_____ [local], _____ [data], _____ [assinatura]

ANEXO III

Modelo de Declaração do Adjudicatário

(a que se refere a alínea a), do n.º I, do artigo 12.º, do Programa do Procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), **Adjudicatário(a)** do procedimento de concurso público para a **Aquisição de Serviços de Manutenção e Suporte de Licenças de Software SAP para o Grupo AdP** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO IV

Declaração de Responsabilidade Social

(a que se refere o n.º 9 do artigo 12.º do programa do procedimento)

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores;
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdP venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);

- l) Informar a AdP de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 2024

Assinaturas

ANEXO V

Declaração de Cumprimento da Política de Segurança de Informação

(a que se refere o n.º 9 do artigo 12.º do programa do procedimento)

(*Empresa*), com sede na (*morada*), contribuinte n.º (*.....*), representada por (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional no que respeita a segurança de informação:

- a) Tem conhecimento da Política de Segurança de Informação vigente na **AdP VALOR** [disponível no site <https://www.adp.pt>] e compromete-se a cumprir a mesma;
- b) Compromete-se a assegurar que os seus trabalhadores, colaboradores bem como de entidades subcontratadas associados à execução do Contrato:
 - Participam nas ações de formação que sejam promovidas pela **AdP VALOR** com vista a acautelar a segurança da Informação;
 - Constam numa lista nominal, com a respetiva identificação, perfil e função, a disponibilizar sempre que solicitado pela **AdP VALOR**;
 - Se obrigam a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao Adjudicatário:
 - i. A **AdP VALOR** indicará ao Adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste, quando necessário.
 - ii. Os trabalhadores do Adjudicatário que venham a ser designados para execução dos serviços previstos no contrato apenas respondem técnica e hierarquicamente perante este.
- c) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a **AdP VALOR** venha a promover, no âmbito do seu sistema de gestão de segurança de informação, junto da empresa declarante;
- d) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma ISO 27001, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- e) Sempre que a execução do presente contrato implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da **AdP VALOR** por colaboradores ou subcontratados do Adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na Entidade Adjudicante.
- f) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(*Localidade*), (*dia*) de (*mês*) de 20(*ano*)

Assinaturas

ANEXO VI

Minuta de Modelos de Guia de Depósito Bancário/ de Garantia Bancária / de Seguro-Caução

(a que se refere o n.º 2 do artigo 13.º do programa do procedimento)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para **“AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LICENÇAS DE SOFTWARE SAP PARA O GRUPO AdP” (2024_08 ICP)**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A., enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento de concurso público com publicidade internacional, destinado à celebração do contrato de **“AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LICENÇAS DE SOFTWARE SAP PARA O GRUPO AdP” (2024_08 ICP)**, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da AdP Valor – Serviços Ambientais, S.A, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor de [designação da entidade adjudicante], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento de concurso público com publicidade internacional, destinado à celebração do contrato de **“AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LICENÇAS DE SOFTWARE SAP PARA O GRUPO AdP” (2024_08ICP)**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a [designação da entidade adjudicante], vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da [designação da entidade adjudicante], sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A., enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [designação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]
[Assinatura(s)]